
Prazos de elaboração

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

A maior preocupação da Secretaria de Planejamento (Seplan) com a substituição de sua proposta por um projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da própria Comissão Mista de Orçamento não é com seus efeitos sobre as contas públicas em 1990, considerados positivos, mas sim com a dificuldade de se elaborar o orçamento da União muito mais complexo do que o atual, em apenas dois meses.

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Pullenn Parente, disse ontem que o projeto preparado pelo relator da Comissão, deputado José Serra (PSDB-SP), está na mesma linha da proposta do executivo.

Parente considerou "excelente" a vinculação de certas despesas com a existência de

fontes de recursos, concordando também com a preocupação em preservar investimentos prioritários. Se o Congresso não aprovar o orçamento até o final dos trabalhos deste ano, os parlamentares não poderão entrar de recesso. Caso a situação persista até janeiro, o Executivo poderá iniciar a realização de despesas prioritárias, conforme a proposta do relator.

A comissão votará o projeto na terça-feira e o plenário do Congresso terá de votar a matéria até o dia 30. O Executivo deve apresentar sua proposta do orçamento geral da União até o final de agosto, prazo considerado exíguo mas que terá de ser cumprido. O Legislativo terá então pelo menos três meses para discutir e emendar o projeto, mas sem alterar o que estiver disposto na Lei de Diretrizes.
